

O uso da Informática na Educação Inclusiva na APAE de Ijuí/RS

Adriana Jaqueline de Oliveira¹.

Eronita Ana Cantarelli Noal.²

O presente artigo mostra a importância do papel da Informática no auxílio à aprendizagem dos alunos PNE's (Portadores de Necessidades Especiais). O objetivo é comprovar que a Informática no contexto escolar surge como ferramenta auxiliar ao trabalho do professor, como um facilitador da construção do conhecimento e da aprendizagem do educando. A metodologia utilizada foi a visita e realização de uma atividade com os alunos da Educação Tecnológica da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ijuí), bem como a revisão bibliográfica sobre a Legislação específica para os alunos incluídos. A partir deste estudo, verificou-se que a Informática auxilia no desenvolvimento do potencial cognitivo e emocional do educando, oportunizando condições mais eficazes para construir seu conhecimento, contribuindo também no aumento da qualidade de vida - pelo acesso e manuseio dos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade-, e fortalece o exercício de sua cidadania.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação, Inclusão, Informática. PNE's.

ABSTRACT

This article aims to show the importance of the role of information technology in assisting student learning PNE's (Handicapped). The goal is to prove that the Computer in the school context appears as an auxiliary tool in the work of the teacher as a facilitator of knowledge construction and learning. The methodology used was visiting and performing an activity with s students of Technological Technical Education APAE (Association of Parents and Friends of Exceptional Ijuí), as well as the literature review on the specific

¹ Graduação Plena em Letras. Pós Graduanda em Mídias na Educação.

² Msc. Ciência da Computação.

legislation for students included. From the study, it was found that IT helps in the development of cognitive and emotional potential of the student, providing opportunities for more effective conditions to build their knowledge, also helps in increasing the quality of life - access to and handling of the technological resources available today, as well as strengthens the exercise of their citizenship.

KEY WORDS

Computers ,Education, Inclusion, PNE's.

1. INTRODUÇÃO

É de consenso geral que a sociedade mundial atualmente tende a ser informatizada, e isso exige estudo e entendimento da linguagem tecnológica digital por parte de todos. Segundo Moran, na obra *Gestão educacional e tecnologia*, (São Paulo, Avercamp, 2003 Páginas 151-164), “na implantação de tecnologias o primeiro passo é garantir o acesso. Que as tecnologias cheguem à escola, que estejam fisicamente presentes ou que professores, alunos e comunidade possam estar conectados.” Logo, a Informática precisa ser pensada como uma aliada no processo de aprendizagem e inclusão de *todos* os alunos, para que seu desenvolvimento esteja a contento e o exercício de sua cidadania ocorra com plenitude.

Buscando a integração do aluno, visando sua aprendizagem, sua inclusão como sujeito e seu empoderamento digital com vistas ao exercício de sua cidadania, buscou-se neste trabalho de campo, verificar o *quanto* e *se* a contribuição da Informática na Educação Inclusiva pode auxiliar crianças PNE (Portadoras de Necessidades Especiais). Esta pesquisa/atividade foi realizada junto à APAE de Ijuí (Associação de Amigos dos Excepcionais de Ijuí), por meio de uma intervenção pedagógica junto à turma do Laboratório de Informática da escola, bem como foi realizada a revisão bibliográfica a respeito da legislação específica para os PNE's. A importância deste trabalho reside no fato de comprovar que o trabalho com estudantes em ambientes informatizados enriquece o processo pedagógico, envolve mutuamente educando e educador, estimula ambos a vencer suas dificuldades, possibilitando a construção de novos e desafiadores conhecimentos. É imperativo buscar-se um ensino colaborativo, que atenda às diferenças individuais, respeite o grau de dificuldade, ritmo de trabalho e interesse de cada aluno. A escola inclusiva será construída a partir da quebra de paradigmas, quando for entendida e valorizada a

diversidade, respeitando a singularidade do educando “A escola precisa ser percebida como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e novas competências, mediante situações desafiadoras.” (nota técnica 24/2013-MEC/SECADI/DPPE).

A APAE de Ijuí proporciona um atendimento clínico e escolarizado à crianças, adolescentes e adultos a partir de zero ano de idade. São 154 alunos atendidos diariamente na instituição, mais 14 atendimentos de AEE (Atendimento Educacional Especializado), estes últimos oriundos da rede regular de ensino.

A instituição observada é filantrópica, não governamental, sem fins lucrativos. É mantenedora da Escola de Educação Especial Recanto da Esperança de Ijuí. Tem como missão promover e articular ações de defesa e direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços de educação, saúde e serviço social, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A APAE Ijuí oferece seis salas ambiente de aprendizagem (teatro/dança; biblioteca; informática; educação física; estética; artes), três salas de alfabetização, um sala específica para PC's, (paralisados cerebrais), dois salas de convivência, um sala de circulação e um sala AEE (Atendimento Educacional Especializado).

A instituição tem efetuado ao longo de suas atividades, ações voltadas para a inclusão, contemplando diariamente o uso da Informática, atento ao princípio do aluno em constante relação com o mundo tecnologicamente desenvolvido/evoluído.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PNE's

Dados da (OMS) (Organização Mundial de Saúde), afirmam que existem no mundo inteiro, mais de 600 milhões de pessoas com deficiência, ou seja, um total de quase 10% da população global, já que somos 7 bilhões de habitantes no planeta Terra. Dados brasileiros, afirmam que em nosso país, 24,6 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, de acordo com o Censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas estatísticas do Censo ajudam a compreender o tamanho do desafio que se tem: a construção de uma sociedade inclusiva, com respeito às diferenças, a valorização da diversidade

humana e a garantia do acesso universal aos direitos, sem barreiras ou limitações de natureza socioeconômica, cultural, de idade ou em alguma deficiência.

As pessoas com alguma deficiência, sumariamente excluídas dos espaços públicos, das escolas, do mercado de trabalho, da convivência em sociedade, representam uma significativa parcela da população. Por muito tempo, a visão da deficiência como um problema individual, era a mais aceita, transferindo à pessoa a responsabilidade de *mudar* ou *adaptar-se* à vida em sociedade. A partir da Declaração dos Direitos Humanos em 1948, ficou assegurado o direito à educação para as minorias, tendo como objetivo o desenvolvimento da personalidade humana. No Brasil, a garantia desse direito surgiu com a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei 4024/61, que dispôs sobre a educação de *excepcionais* (termo da época), preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Já a Lei 5692/71 veio garantir o tratamento especial para os alunos com deficiência e superdotação, reforçou a criação de políticas especiais, a ampliação de escolas especiais financiadas pelo poder público, e criou classes especiais na rede pública, que hoje já não são mais incentivadas pelo MEC por entender que também promovem a segregação.

A Constituição Federal de 1988 define a inclusão social e educacional como “um direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. (art. 205). Já O ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), Lei 8069/1990, apresenta grande evolução conceitual no se refere às diferenças, à convivência comunitária e ao atendimento às necessidades educacionais especiais. Em seu artigo 35, defende “a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o direito de ser respeitado por seus professores e o acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência”. Paulo Freire (1983, p. 79) afirma: “Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Em sua fala, Paulo Freire não segrega ninguém: não diz que os deficientes ou os normais se educam em comunhão. São todos.

Os dispositivos legais apontam para a redução da exclusão, das desigualdades de oportunidades, buscam a ampliação do acesso e permanência de crianças com deficiência nas escolas públicas e privadas, valorizam a convivência comunitária e a oportunidade da criança de frequentar a mesma escola que as demais crianças de sua idade. A legislação está

fundamentada no paradigma da heterogeneidade, enfatizando a igualdade, a tolerância, a cooperação.

Segundo Maria Tereza Mantoan (2003):

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos (Mantoan, 2003, p.16).

Cada vez mais se tem consciência que cabe à sociedade adaptar-se para acolher as diferenças e promover condições de acesso – *para todos*- aos serviços coletivos de saúde, educação, emprego, renda, transporte, segurança, lazer. O fundamento filosófico mais coerente para a defesa da inclusão de pessoas com deficiência é, o fato de que todos nascem iguais e com os mesmos direitos, entre eles o direito de conviver com os seus pares. Não importam as diferenças, as deficiências: o ser humano tem direito de viver e conviver com outros seres humanos, sem discriminação e sem segregações. A LDB tem acertadamente como foco as condições de ensino, as estratégias da escola, os apoios especializados ao aluno especial e não a deficiência. Este conceito aponta a importância do respeito às necessidades de cada aluno no seu ambiente educacional.

Para Maria Tereza Mantoan (2009):

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes (Mantoan, 2009, p.27).

A Carta para o Terceiro Milênio, de nove de setembro de 1999 - Londres, Grã-Bretanha, aponta que, no Terceiro Milênio, a meta de todas as nações precisa ser a de evoluírem para sociedades que protejam os direitos das pessoas com deficiência mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão delas em todos os aspectos da vida, ou seja, a Inclusão é urgente e fundamentada em lei, é um direito de todos, é preciso haver oportunidades iguais, com leis regamente cumpridas e cobradas por quem tem esta obrigação.

Segundo o MEC, em sua Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, (Brasília: MEC; 2008)

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (MEC, 2008, p.35).

Seguramente, a Informática tem seu papel de destaque e pode contribuir significativamente nesta inclusão. Ela auxilia em muito o processo de ensino-aprendizagem da criança especial de forma construtiva e criativa, favorecendo seu desenvolvimento global, tornando-se uma ferramenta educacional muito significativa nas escolas. Nos dias de hoje faz-se necessário iniciar uma nova perspectiva educacional, no sentido de romper com a linearidade de aprendizagem, utilizando ferramentas tecnológicas atualmente imprescindíveis à Educação, tais como a televisão, o vídeo, o DVD, o telefone, o rádio, o computador, Internet, entre outros.

É urgente ao implantar a informática educativa nas escolas, dispor de um currículo flexível, multicultural, adaptativo, que relacione seus conteúdos, objetivos e estratégias às questões culturais e tecnológicas, de acordo com as necessidades que surgem ao longo da execução das atividades. Na APAE de Ijuí, a Informática leva o aluno a ser motivado a construir seu próprio conhecimento, despertando autonomia, tentando levar à superação ou que se amenizem, ao menos, suas dificuldades físicas e mentais do cotidiano.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994):

As necessidades educativas especiais incorporam os princípios já aprovados de uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade (Salamanca, 1994, p.17).

Ciente desta necessidade do rompimento com padrões formais e rígidos da educação e da importância de a Informática atuar como uma ferramenta facilitadora da aprendizagem, surge o desafio de trabalhar com crianças e jovens das turmas da Educação Tecnológica da APAE de Ijuí, que atende neste ano de 2013, 14 alunos especiais, visando comprovar a

eficácia do uso da informática de forma inclusiva, lúdica, desafiadora, potencializadora e propulsora de novas aprendizagens e de interação social.

Segundo a autora Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues (2008), em sua obra Educação Especial: História, Conceitos e Legislação Vigente:

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos (Rodrigues, 2008, p.45).

A Educação Especial é o ramo da Educação, que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com necessidades educativas especiais. É uma educação organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Algumas escolas dedicam-se apenas a um tipo de necessidade, enquanto que outras se dedicam a vários. O ensino especial é mais frequente em instituições destinadas a acolher deficientes, isto tem sido alvo de críticas, por não promoverem o convívio entre as crianças especiais e as outras crianças. No entanto, é necessário admitir que a escola regular nem sempre oferece uma resposta e um preparo especializado capaz de atender às diversas necessidades destas crianças. A Educação Especial lida com fenômenos de ensino e aprendizagem diferentes da Educação regular, e são vários os profissionais que podem/devem trabalhar na educação especial, como por exemplo, o Educador físico, Professor, Psicólogo, Fisioterapeuta, Terapeuta ocupacional, Fonoaudiólogo... Uma escola direcionada para a Educação Especial conta com materiais, equipamentos e professores especializados. O sistema regular de ensino precisa urgentemente adaptar-se, para cumprir a legislação existente e ser inclusivo.

Com o objetivo de atender o alunado com necessidades Educacionais Especiais, a escola APAE de Ijuí, promove uma educação especializada, voltada à inclusão social e escolar, assim como ao exercício da cidadania, baseando-se na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE - 21 de março de 2013), que define:

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência (SECADI - MEC, 2003).

3. O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PEDAGÓGICA

Na data de 30 de agosto de 2013, visitou-se as dependências da APAE para um primeiro contato com a Escola, com o PPP (Projeto Político Pedagógico), com os professores e alunos e também para conversar com a professora regente da turma de Informática. Na conversa com a professora regente, podem-se destacar algumas falas: “o papel do professor que trabalha com o Laboratório de Informática é orientar as múltiplas possibilidades de uso do computador, trabalhando sempre com projetos ligados ao tema gerador da escola, buscando sempre trabalhar com a superação dos limites de cada aluno”.

Nas suas aulas, em especial, a professora faz um aporte inicial, mostrando as partes do computador, sua utilidade, alguns recursos que podem ser utilizados. A avaliação dos alunos acontece por meio da participação, do entendimento obtido por meio das atividades propostas e desempenho individual de cada um. As deficiências de alguns alunos são: Epilepsia, Má-formação cerebral, Distúrbios da Linguagem, Retardo Mental Leve, Atraso no desenvolvimento Neuropsicomotor, Agitação Psicomotora, Síndrome de Down, Distúrbio de Linguagem. São todos adultos, todos fora de idade escolar, acima dos 18 anos, por isso frequentam a escola para continuar seu aprendizado cognitivo e expandir seus laços fraternos e de solidariedade.

Levando em consideração o tema gerador da escola, a professora regente agrega subtemas que podem ser trabalhados na Informática, tais como uso das cores, imagens, jogos, vídeos, releituras, pesquisas, tudo isto levando a uma vivência especial neste ambiente diferenciado, que proporciona aprendizagem, desafios, interação, convívio social entre colegas e professora.

Na data de 10 de outubro de 2013, realizou-se a atividade proposta no projeto. No primeiro momento, houve uma interação com o grupo de alunos. Foi escolhida a história da Galinha Ruiva, pois ela demonstra o espírito de equipe e cooperação. Utilizando a mídia eletrônica, mostraram-se as imagens e foi sendo contada a história.

Nas palavras de Regina Zilberman (1983):

A atividade com a literatura infantil - e, por extensão, com todo o tipo de obra ficcional- desemboca num exercício de hermenêutica, uma vez que é mister dar relevância ao processo de compreensão, pois é esta que complementa a recepção, na medida em que apenas evidencia a captação de um sentido, mas as relações que existem entre esta significação e a situação atual e histórica do leitor (Zilberman, 1983, p.24).

Durante a exibição, todos olhavam atenciosos e prestavam muita atenção nas imagens e fala dos personagens e da professora. Num segundo momento, mostrou-se um vídeo a eles da história da Galinha Ruiva e eles, muito atenciosos, ficaram acompanhando todas as ações dos personagens.



Figura 1- Foto da atividade “contação da história”, realizada no dia 10 de outubro de 2013 na APAE de Ijuí.

Nesta atividade de contação de história registrada por meio de fotos acima expostas, procurou-se planejar práticas educativas para respeitar e valorizar a diversidade, buscar ações para organizar o fazer pedagógico, demonstrar que as tecnologias digitais podem ser utilizadas como de estratégias de equidade sócio digital e inclusão. Segundo Lucila Maria Costi Santarosa :

A Informática, mais especificamente a Tecnologia Adaptativa/Assistiva, já envolvida pelos princípios inclusivistas tais como autonomia, independência, equiparação de oportunidades, qualidade de vida, entre outros, veio fortalecer tais perspectivas e desmistificando preconceitos de incapacidade ainda existentes (Revista Integração,1996, p.53).

Na sequência, abriu-se o aplicativo Paint nas máquinas da escola e solicitou-se aos alunos que fizessem um desenho do que lhes foi marcante na história da Galinha Ruiva. O uso do aplicativo PAINT para realização desta atividade fez-se necessário pois o mesmo é utilizado para criar desenhos, o que vem ao encontro das necessidades físicas de alguns alunos que não tem muita habilidade com o mouse devido à dificuldades motoras, ou outros que não conseguem segurar um lápis ou mexer num teclado. Nenhum deles é alfabetizado, por isso também a opção pela escolha deste aplicativo como registro formal da atividade, já que o referido recurso favorece o exercício da coordenação motora, raciocínio lógico, estimula a ludicidade e a imaginação dos educandos, e foi pensado seu uso com vistas à construção / estimulação diária do conhecimento.



Figura 2 - Alunos durante a realização da atividade no PAINT, dia 10 de outubro de 2013



Figura 3 - Alguns desenhos produzidos no PAINT pelos alunos durante a atividade

Nas figuras 2 e 3 acima expostas, mostra-se a realização por parte dos alunos da atividade proposta, bem como alguns dos registros formais da atividade realizados. Pôde-se perceber que a interação com o computador foi altamente positiva, pois os alunos exercitaram suas habilidades e demonstraram conhecimento do PAINT, participaram efetivamente da proposta, garantindo assim, por meio de da informática, seu direito de acesso ao conhecimento e à cidadania, superando, nesta atividade pontual, as barreiras ambientais, metodológicas, instrumentais, eletrônicas e atitudinais que se antepõem à plena inclusão deles na vida comunitária. A tecnologia e o desenvolvimento da Informática certamente contribuem para imensas possibilidades comunicativas e de acesso à informação, sendo considerado um auxílio às crianças e adultos PNE's, permitindo que todo o processo educacional de cada aluno especial, se realize de maneira que facilite a estrutura do trabalho pedagógico, garantindo, assim, condições propícias para a construção efetiva do conhecimento. Como nos afirma Maria Teresa Mantoan, (2004):

É nos bancos escolares que aprendemos a viver entre os nossos pares, a dividir as responsabilidades, repartir as tarefas. O exercício dessas ações desenvolve a cooperação, o sentido de se trabalhar e produzir em grupo, o reconhecimento da diversidade dos talentos humanos e a valorização do trabalho de cada pessoa para a consecução de metas comuns de um mesmo grupo (Mantoan, 2004, p.25).

Nas fotos do trabalho, pode-se perceber os desenhos feitos pelos alunos e a desenvoltura dos mesmos diante da máquina e seus comandos. Destaque para um aluno, que quis apagar um traço que fez “errado”, segundo seu próprio julgamento. Mostrou-se a ele

onde ficava a borracha e o lápis, ele então clicou na borracha, apagou e refez o traço após meu auxílio clicando no lápis. Ele é analfabeto e tem deficiência motora nas mãos e pernas. Mas ele entendeu cada comando e fez corretamente. Percebe-se que a tentativa, a construção, e principalmente a liberdade de experimentação, são ações que contribuem em muito com o processo ensino-aprendizagem do educando. É preciso considerar o nível de desenvolvimento de cada aluno, explorar e incentivar as oportunidades de aprendizagem proporcionadas no cotidiano singular de cada um.

Nas palavras de Cláudia Werneck (1997):

Uma coisa é pregar a inclusão. Outra é praticá-la no dia-a-dia, na escola, ajustando o novo conceito às diversas realidades. Isso não significa adaptar o sistema velho para deixá-lo com cara de novo. A escola é o começo de tudo. Se ela não alterar seus princípios, adeus sociedade inclusiva. Refiro-me aos princípios de inclusão que nada mais são do que os princípios da democracia. E não existe democracia sem educação, nem educação sem democracia. (...)

Incluir não é favor, mas é troca. Quem sai ganhando nessa troca? Todos, em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente ou não. Juntos construirão um país diferente (Werneck, 1997, p.59).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de deste trabalho, foi percebida a complexidade das diferentes situações reais e cotidianas no que se refere à Inclusão. Há uma série de elementos que precisam ser analisados, mas pontuar-se-á nesta conclusão, dois itens considerados bem significativos: a aceitação das diferenças por parte da sociedade, que insiste em segregar os especiais, descumprindo a Lei, e a efetiva busca/criação de uma tecnologia que se preocupe realmente em incluir os PNE's e não em deixá-los à margem tecnológica como muitos estão até hoje.

Em relação ao primeiro item, é preciso garantir aos alunos PNE's uma Educação de qualidade, uma igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação. A sociedade precisa vivenciar a importância da solidariedade e das diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. A Legislação precisa ser cumprida, é necessário que haja condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação, de forma que estes que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, visando atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A Legislação é clara e específica, e precisa ser

cumprida, por todos, sem exceção. Somos diferentes desde que nascemos, todos podem aprender, e o caminho percorrido por cada um é singular. Não se determina a humanidade de uma criatura por herança genética, mas porque aprendeu a falar, se comportar, a caminhar, a comer, seus costumes são determinados pela cultura do grupo social a que pertence. E esta singularidade precisa ser respeitada!

A escola precisa contribuir para a melhoria da qualidade de vida humana. Ninguém, por maiores que sejam as dificuldades, pode ficar excluído do direito à educação. É imperativo que a escola proponha recursos e apoios pedagógicos para que o aluno obtenha o sucesso escolar. Ao invés do aluno ajustar-se aos padrões de “normalidade” para obter o conhecimento, a escola deve ajustar-se à “diversidade” dos seus alunos. É preciso que haja uma reestruturação da cultura e da prática nas escolas, para que se atendam as necessidades dos alunos. É preciso perceber o sujeito em sua individualidade, objetivando o crescimento, a satisfação pessoal, a inserção social e a cidadania.

Segundo VYGOTSKY (1996):

A cultura e o meio ambiente refazem uma pessoa não apenas por lhe oferecer determinado conhecimento, mas pela transformação da própria estrutura de seus processos psicológicos, pelo desenvolvimento nela de determinadas técnicas para usar suas próprias capacidades (Vygotsky, 1996, p.237).

Em relação aos recursos tecnológicos, objeto de estudo deste artigo, cabe à escola possibilitar e incentivar professores e alunos a utilização desta tecnologia disponível na sociedade, garantindo um contexto significativo de aprendizagem. É necessário que as escolas na atualidade, projetem ações para mediar a aproximação das tecnologias digitais e os alunos PNE's, para que sua inclusão ocorra de forma satisfatória, eficiente e construtiva.

Mais especificamente na APAE, escola destacada neste artigo, percebe-se que eficácia e o favorecimento do processo ensino-aprendizagem, pois as propostas didáticas utilizadas levam em consideração as especificidades de cada aluno, visando garantir uma aprendizagem significativa. São consideradas as experiências prévias dos alunos, suas deficiências, sua singularidade, organizando situações de aprendizagem em função do nível de competência e na habilidade de cada aluno no que se refere ao uso do computador. Os educadores da APAE-Escola, tem consciência de que é preciso fazer adaptações curriculares, aceitar modificações nos planejamentos tradicionais, reconhecer que alguns conteúdos podem ser

reduzidos ou simplificados, que a avaliação de cada aluno precisa ser em sua singularidade, e não em função de um nivelamento padronizado.

A intervenção realizada na escola foi considerada altamente positiva, por conseguir comprovar que a Informática tem um papel significativo e eficaz no processo de aprendizagem dos educandos da APAE. A acessibilidade permitida por meio de do uso do computador, foi de suma importância, pois alunos que não sabem ler ou escrever, ou têm dificuldades motoras, puderam expressar democraticamente seu entendimento a respeito da história contada a eles. A Informática trouxe a possibilidade de realizar tarefas de modo autônomo e criativo, respeitando as necessidades de cada aluno e valorizando a sua comunicação com o mundo. Usar a tecnologia de forma democratizante é envolver o aluno no ato de aprender, de ensinar, de conhecer. O professor faz o papel de mediador e é fundamental para este processo, pois gerencia a melhor estratégia de aprendizagem de acordo com as particularidades dos seus alunos. Exemplo disto, o da professora regente que sugeriu a utilização do PAINT, já que os alunos não são alfabetizados e alguns têm dificuldades motoras. Isto é inclusão. Isto é se preocupar com o outro. Valorizar o que ele já sabe, suas potencialidades, seus saberes, e não aquilo que ainda não atingiu.

A riqueza de experiências e contatos que foram proporcionadas nesta escola reforçam a convicção de que todo ser humano precisa ter dignidade, ser respeitado. De que é preciso estimular sua autonomia, buscar seu desenvolvimento de forma integral e contínua, da necessidade de oferecer ao aluno um ambiente estimulante, encorajador, respeitando seu ritmo de aprendizagem e sua individualidade. É preciso que sejamos abertos ao crescimento, ao aprendizado, ao desenvolvimento de novas e significativas experiências no cotidiano da sala-de-aula. É preciso perceber o erro como transitório e propulsor de novas aprendizagens.

O respeito à diversidade consiste na igualdade de oportunidades, o que não significa dar a todos a mesma coisa, mas sim dar a cada educando aquilo que precisa para continuar aprendendo. Infelizmente, a sociedade possui um padrão físico e mental, e todos os que nele não se enquadram, são vistos de forma preconceituosa e discriminatória. Mais do que um modelo de homem, é preciso reconhecer em cada pessoa, um ser humano que possui sentimentos, valores, dúvidas, alegrias, tristezas, realizações, qualidades e defeitos. Nossa condição é esta. Não há porque ter humanos tipo A, B, C ou D. Somos todos seres humanos.

É necessário proporcionar condições de acesso dos alunos especiais à Informática, é preciso buscar uma tecnologia democrática, acolhedora e fomentadora da aprendizagem dos alunos incluídos. Neste sentido, pretende-se aprofundar este estudo num mestrado, buscando incentivar a formação continuada dos professores estaduais na área da informática (categoria da qual faço parte), para que ocorra a efetiva instrumentalização/inserção tecnológica, valorização dos alunos matriculados nas salas de recurso da rede estadual do RS.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC; 2008.

Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro 2011 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Acesso em 10/09/2013.

Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Acesso em 10/09/2013.

Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - DOU de 03/12/2004. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida Acesso em 10/09/2013.

NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE Data: 21 de março de 2013.
Assunto: Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012.
Acesso em 05/10/2013.

Organização das Nações Unidas [Internet]. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - [acesso em 31/09/2013]. Nova York: ONU; 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/convencao.php>

MANTOAN, Maria T. Égler; PANTOJA, Luíza de Marilac P; FÁVERO, Eugênia Augusta G. Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. São Paulo: MEC/SEESP, 2009.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente / Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André Maranha In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.

SANTAROSA. Lucila Maria Costi- Simulador e Teclado para portadores de Paralisia Cerebral. Revista Integração, MEC, 7(16), 1996, p. 53-59.

WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro, RJ: WVA. 1997.

VIGOTSKY, Lev. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 1983.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Educação_inclusiva - acesso em 20/10/2013.

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf. Acesso em 10/09/2013

https://www.google.com.br/search?site=&source=hp&q=Pol%C3%ADtica+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+Especial+na&oq=Pol%C3%ADtica+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+Especial+na&gs_l=hp.3..0l6.1290.1290.0.1680.1.1.0.0.0.360.360.3-fEhnOp0F19Q acesso em 05/10/2013.

<http://www.deficiencia.no.comunidades.net/index.php?pagina=1177118084>- acesso em 05/10/2013.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm - acesso em 20/10/2013.

<http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro5.pdf>- acesso em 21/10/2013

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/tecnologias_assistivas.pdf acesso em 26/11/2013.